

SERVIÇO PÚBLICO

**Governo não
pretende fazer
mais concursos**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o governo não pretende realizar concursos públicos nos próximos anos. Apesar da previsão de aposentadoria de muitos funcionários (quase a metade, segundo Guedes), o Planalto pretende apostar na digitalização de serviços para reduzir o número de servidores no país. PÁGINA 3

■ GASTOS PÚBLICOS

Paulo Guedes afirmou que a ideia do governo é não contratar pessoas para repor os cerca de 40% a 50% dos servidores que se aposentam nos próximos anos e investir em tecnologia

MINISTRO FECHA PORTA PARA OS CONCURSOS

MARCELO DA FONSECA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou na manhã de ontem, durante evento na Fundação Getúlio Vargas (FGV), que o governo não pretende realizar concursos públicos nos próximos anos. Mesmo com a previsão de aposentadoria de muitos servidores (quase a metade do funcionalismo, segundo o ministro), o Palácio do Planalto apostará em avanços tecnológicos e na digitalização de serviços para reduzir o número de servidores.

"Cerca de 40% a 50% do funcionalismo federal irá se aposentar nos próximos anos e a ideia é não contratar pessoas para repor. Vamos investir na digitalização", afirmou Guedes. Segundo ele, a intenção do governo é modernizar alguns serviços públicos e economizar com gastos na folha de pagamentos.

O ministro cobrou apoio dos estados e municípios para aprovar a reforma da Previdência no Congresso. Ele avaliou que a recuperação econômica do país dependerá da aprovação de medidas efetivas. Além da Previdência, citou a revisão do pacto federativo, dizendo que as dificuldades financeiras enfrentadas pelos prefeitos e governadores só pode ser ajudada pelo governo federal com apoio em mudanças estruturais na economia nacional. "Me ajuda a fazer a reforma, que o dinheiro cai naturalmente", prometeu.

Ao listar as prioridades do governo, Guedes ressaltou a privatização de empresas estatais e a venda de ativos públicos, como imóveis, para abater a dívida pública e reduzir despesas com o segundo maior gasto das contas públicas, aqueles referentes aos juros. A vontade da equipe econômica, disse ele, seria tomar várias medidas e fazer as reformas "ao mesmo tempo". No campo tributário, por exemplo, a ideia é fazer uma simplificação geral, juntando impostos federais indiretos num só. "Já existe a ideia de um imposto único federal", afirmou Guedes.

"Vamos atacar as prioridades. A primeira dela é a Previdência. O segundo maior gasto são os juros da dívida", disse o ministro na palestra. Para tirar as privatizações do papel, Guedes lembrou que nomeou o empresário Salim Mattar como secretário especial. "Eu trouxe Salim Mattar, com apetite enorme, doido para privatizar o máximo possível, doido para passar a faca", afirmou.

Segundo Guedes, os ativos da União, incluindo as principais empresas estatais, incluindo as não listadas em Bolsa, e somando imóveis, poderiam render R\$ 1,2 trilhão para os cofres públicos. "No final vai a (privatização da) Petrobras também, vai o Banco do Brasil, tem que ir tudo", afirmou.

RECURSOS O ministro também voltou a citar a proposta de mudar a Constituição para

desvincular e desindexar os orçamentos públicos em todas as esferas de governo. O objetivo de medida seria diminuir a concentração dos recursos tributários no "topo", na União. Como exemplo de proposta para descentralizar recursos num rede-

senho do pacto federativo, Guedes comentou a intenção de mudar a distribuição da riqueza oriunda da exploração do petróleo na camada pré-sal. A ideia, segundo o ministro, seria distribuir 70% dos US\$ 1 trilhão arrecadados ao longo de 15

anos para estados e municípios.

Ao defender a descentralização dos recursos tributários, ele fez analogia com o futebol e usou como exemplo um presidente que atua em benefício de um clube gerando ineficiências e corrupção. "Se o presidente é Co-

inthians, surge o estádio do Corinthians. E o Corinthians começa a ganhar", afirmou. Guedes, que deixou o evento na FGV sem falar com a imprensa, não detalhou como chegou ao valor da redistribuição dos recursos. (Com agências)

FÁBIO MOTTA/ESTADÃO CONTEÚDO



Em palestra ontem, superministro defendeu a reforma da Previdência, a descentralização de recursos e as privatizações

“ Eu trouxe Salim Mattar, com apetite enorme, doido para privatizar o máximo possível, doido para passar a faca ”

■ Paulo Guedes, ministro da Economia, ao se referir ao empresário mineiro que é secretário de Privatizações do governo

Contagem de votos para aprovar nova Previdência

Rio de Janeiro e Brasília – O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o governo federal já poderia contar com 260 votos para aprovar a proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados. Segundo o ministro, a PEC já teria 160 votos “declarados” a favor da reforma. “O Onyx Lorenzoni, ministro-chefe da Casa Civil, tem uma conta que chega a 260”, afirmou Guedes, durante palestra que se estendeu por 57 minutos, no seminário “A nova economia liberal”, na Fundação Getulio Vargas (FGV), no Rio.

Segundo o ministro, haveria na contas de Onyx cem votos “velados” a favor. Para

aprovar uma PEC é preciso de um mínimo de 308 votos favoráveis na Câmara. “Sai ainda no primeiro semestre a reforma da Previdência”, afirmou o ministro, sem especificar se estaria se referindo apenas à aprovação na Câmara ou se levava em conta a aprovação no Senado Federal. Ele também disse que acredita que a PEC não terá seu impacto fiscal “desidratado” pelo Congresso.

Ao longo de sua palestra, Guedes defendeu a reforma da Previdência e o programa econômico comandado por ele e sua equipe. Segundo o ministro, o programa “está andando”, mas “quem dá o timing é a política”. “Está na hora de os políticos assumirem o protagonismo

e reabilitar a classe política brasileira”, afirmou Guedes. O ministro voltou a demonstrar otimismo com a tramitação da reforma da Previdência no Congresso Nacional. Disse que “há maturidade muito grande na classe política” e elogiou os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

ALERTA Sem a aprovação da reforma da Previdência no primeiro semestre deste ano, a União terá dificuldades para pagar salários de servidores já a partir do próximo ano, diz estudo divulgado ontem pela Secretaria de Política Econômica (SPE), do Ministério da Economia. No ritmo atual, as proje-

MARCELO FERREIRA/CB/D.A PRESS - 3/1/19



Estudo do Ministério da Economia prevê dificuldades já em 2020 sem mudanças na aposentadoria

ções da SPE indicam que a dívida bruta chegará a 102,3% do PIB em 2023, após fechar 2018 em 77,1%. Com a reforma, porém, a dívida começaria a cair

em relação ao PIB já em 2021, chegando a 76,1% daqui quatro anos. "Ou o país adota medidas de austeridade fiscal e realiza reformas estruturais, para con-

trolar a relação dívida-PIB, ou haverá dificuldades para o estado cumprir com os seus deveres", diz o secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida.